



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 125.985/02

CONTRATO Nº 2004/241.4

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA
DOS DEPUTADOS E A GESTETNER
DO BRASIL S.A. – SISTEMAS
REPROGRÁFICOS, PARA LOCAÇÃO
DE EQUIPAMENTOS
MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO
MANUTENÇÃO E SUPORTE
TÉCNICO.

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e sete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor- Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a GESTETNER DO BRASIL S.A. – SISTEMAS REPROGRÁFICOS, situada na Avenida das Américas, 4200, Bloco B, 4º andar, Barra da Tijuca – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.597.659/0001-26, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Diretor, o senhor JOÃO LUIZ CAVALCANTI DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo ao Contrato nº 2004/241.0, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, daqui por diante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, na Lei nº 10.520, de 17/07/02, e com o Edital do Pregão nº 62/04 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre da prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a partir de 09.04.07, com cláusula de rescisão antecipada, caso seja concluído procedimento licitatório para a locação dos equipamentos em questão.

A presente prorrogação contratação encontra amparo no inciso IV do art. 57 da LEI, c/c o inciso III do artigo 105 do REGULAMENTO.



O contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2004/241.4, passa a vigorar com a sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O preço total estimado do presente contrato é de R\$370.892,40 (trezentos e setenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), a ser pago em parcelas mensais estimadas de R\$30.907,70 (trinta mil, novecentos e sete reais e setenta centavos), considerando-se as seguintes franquias mensais:

Item	Quantidade de Equipamentos	Valor estimado mensal pela locação	Franquia mensal Por equipamento	Franquia Mensal do item	Preço por cópia Dentro da Franquia mensal
1	41	R\$30.907,70	6500	266500	R\$0,11045
Total	41	R\$30.907,70	-----	266.500	-----

Parágrafo primeiro – Nos períodos de recesso constitucional, de 18/07 a 31/07 e de 23/12 a 01/02, não será considerado o mínimo contratual, devendo o faturamento corresponder ao número de cópias efetivamente tiradas.

Parágrafo segundo – O preço por cópia excedente ao mínimo contratual mensal é de R\$0,11045 (onze mil e quarenta e cinco centésimos de milésimo de real).

Parágrafo terceiro – O pagamento dos serviços prestados à Câmara dos Deputados e por esta aceitos definitivamente será feito em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo quarto – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS – CND e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos, para atestação pelo órgão fiscalizador. A agência bancária e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo quinto – O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contado a partir do aceite definitivo do fornecimento/serviço,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

bem como da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data do que ocorrer por último.

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, e o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo oitavo – Transcorrido o período de um ano da assinatura do Contrato, poderá ser admitido reajuste de preços por índice devidamente comprovado que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente contrato, objeto da Nota de Empenho nº 2007NE001155, correrá a conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01031055340610001 – Processo Legislativo
- Natureza da Despesa:
 - 3.0.00.00 - Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 - Aplicações Diretas.
 - 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de **R\$ 11.126,77** (onze mil, cento e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, em conformidade com o disposto no Artigo 56 da LEI, c/c o Artigo 93 do REGULAMENTO e nos termos do item 11 do Edital do Pregão n.º 62/04.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente contrato terá vigência de 09.04.07 a 08.04.08, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso IV do artigo 57 da LEI, c/c o inciso III do artigo 105 do REGULAMENTO.

Parágrafo primeiro – O presente contrato poderá ser rescindido nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – O presente contrato poderá ser rescindido, também, caso seja concluído procedimento licitatório visando a locação dos equipamentos objeto do presente instrumento.

.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 09 de abril de 2007.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

João Luiz Cavalcanti dos Santos
Diretor
CPF nº 773.026.647-49

Testemunhas: 1) _____
2) _____